



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS

CNPJ. 24.176.307-0001/06

**DECRETO Nº 05 /2023
DE 10 DE JANEIRO DE 2023**

**DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
NAS ÁREAS DE TODO TERRITÓRIO
AFETADO POR ESTIAGEM, CONFORME
IN/MI Nº 01/2012-1.4.1.1.0, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DE ALAGOAS/ AL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em consonância com inciso V do Art. 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

- I- Que a ocorrência da estiagem na área rural a diminuição considerável da capacidade de exploração da água, com agravante da situação de anormalidade dos reservatórios naturais, poços, açudes, barreiros e barragens, resultando danos materiais, prejuízos econômicos e sociais, consideráveis na agricultura e na pecuária, danos a saúde das famílias devido a água de má qualidade, em todo território do município.
- II- Que em decorrência dos seguintes danos resultaram prejuízos econômicos e sociais acima descritos, bem como aqueles constantes/ FIDE em anexo.
- III- Ainda precariedade da Prefeitura Municipal em dispor de recursos financeiros para prestar socorro às famílias.
- IV- Que o parecer da Secretaria Municipal de proteção e Defesa Civil- SEMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS

CNPJ. 24.176.307-0001/06

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informação do desastre – **FIDE** e demais documentos anexo a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como estiagem, conforme **IN/MI Nº01/2012-1.4.1.1.0.**

Parágrafo único: A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme contido no requerimento/**FIDE** anexo ao Decreto.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil – **SEMPDEC**, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art.3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas e arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Secretária Municipal de Proteção e Defesa Civil – **SEMPDEC.**

Art.4º. De acordo com o estabelecimento nos incisos **XI** e **XXV** do **artigo 5º** da Constituição Federal, autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação:

II- Usar de propriedade particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros ou particulares, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS

CNPJ. 24.176.307-0001/06

Parágrafo Único: Será responsabilizado ao agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas à segurança global da população.

Art.5º. De acordo com o estabelecido no **art.5º** do Decreto – Lei nº3.365, de 21 de junho 1941, autoriza-se o início de processos desapropriação, por utilidade pública de propriedade particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificando de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24º da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC Nº101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de respostas ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários de desastres, desde que possam ser concluídos no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedado a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Revogadas disposições em contrário

Estrela de Alagoas/AL, 10 de janeiro de 2023


Aldo Lira de Jesus

- Prefeito -